

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

ILMA. SRA. PREGOEIRA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ.

REF.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 – CBMPA

LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº.07.147.983/0001-32, estabelecida nesta cidade, com endereço na RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO, KM 03, BOX 05 ALTOS, Bairro: MANGUEIRAO, BELEM-PA, representada por seu sócio administrador que abaixo assina, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar as suas tempestivas CONTRARRAZÕES aos recursos administrativos opostos pelas empresas, pelos fundamentos abaixo destacados:

#### I. DA REALIDADE DO CERTAME

O CBMPA, por meio do Edital PREGÃO ELETRÔNICO 002/2022, pretende a aquisição de materiais de proteção individual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (PROTETOR SOLAR CORPO E ROSTO, PROTETOR SOLAR LABIAL, APITO, SACO ESTANQUE E ÓCULOS) E LOGÍSTICO (GARRAFAO DE 05 L E 12 L, CAIXA TÉRMICA 70 L, CAPA IMPERMEÁVEL PARA HT, MACA, OMBRELONE, TENDA, LONA PARA TENDA E BASE PARA OMBRELONE).

A licitante recorrida Licitapremium Serviços e Comércio Ltda foi declarada vencedora dos item 12 – APITO PROFISSIONAL.

Após classificação da proposta vencedora, a empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA alegou que o fornecedor enviou um folder próprio com as especificações do fabricante, aonde consta a marca "ROCKET" e modelo FOX-40 SHARK, porém o fabricante ROCKET não produz o apito FOX-40 SHARK. Em suma, fomos desclassificados porém apresentamos o folder com as especificações do fabricante para o item sem divergência, e o fornecedor que foi aceito apresentou um folder similar ao nosso com divergência e foi aceito".

#### II. MÉRITO

A empresa requerida é uma empresa regular e apresenta participação adequada no certame, preparou sua documentação e proposta em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame.

Cabe ressaltar que a empresa além de não se identificar corretamente, não apresentou razões recursais de maneira coerente, com fundamento jurídico para embasar sua argumentação. Alegou simplesmente que: "a proposta aceita o fornecedor enviou um folder próprio com as especificações do fabricante, aonde consta a marca "ROCKET" e modelo FOX-40 SHARK, porém o fabricante ROCKET não produz o apito FOX-40 SHARK. Em suma, fomos desclassificados porém apresentamos o folder com as especificações do fabricante para o item sem divergência, e o fornecedor que foi aceito apresentou um folder similar ao nosso com divergência e foi aceito".

Em primeiro lugar, requer a Pregoeira entende que para esta empresa participante, houve preclusão para apresentar razões recursais, logo, a sua intenção de recurso, embora recebida, o que escreveu como "Recurso" não deve ser conhecido, em razão ausência de fundamento jurídico.

No mais, para fins de argumentação e defesa da empresa recorrida, como bem já mencionado, a divergência no cadastro do produto repercute em erro sanável, pois é um erro de digitação no nome do fabricante/marca que não invalida a proposta da empresa recorrida.

Em resumo, as razões recursais da empresas recorrente expressam mais sua insatisfação em relação ao resultado da proposta vencedora da empresa recorrida, do que apontam irregularidade na condução do certame.

O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro "Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações", explica de forma clara: "Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito".

O TCU já manifestou entendimento de que o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O TCU também manifestou que: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências" (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Diante das alegações da recorrente, sobressai a percepção de que a proposta de preço da empresa

LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA permanece como a mais vantajosa, não havendo justo motivo para desclassificá-la. Além de ser flagrante a economia em relação à proposta da segunda colocada e demais licitantes.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

### III. DA SOLICITAÇÃO

Em razão do julgamento exato que foi deferido por essa Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como indeferido os recursos apresentados.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento.

Belém-PA, 12 de maio de 2022.

LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

**Fchar**